

04/06/08

Recorrido

Exmo. Senhor
M.I. Presidente da Assembleia da República
Dr. Jaime Gama

PERGUNTAS AO GOVERNO N.º 1401/X (3ª)

de 04 de Junho de 2008

Apresentado por: Deputado André Almeida

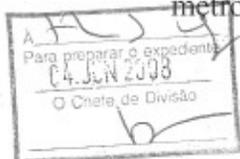
Assunto: Construção de Mini-Hídricas no Município de Arouca

Destinatário: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

São notórias as diferenças entre o litoral e o interior, seja em termos de investimento, de crescimento ou de atenção governamental para os problemas e anseios das populações mais afastadas dos centros de decisão. A par de um menor investimento, consequência da distância, deparamo-nos com uma maior delapidação de recursos naturais, factor diferenciador desses territórios, em prol de um desenvolvimento nem sempre equilibrado e nem sempre tendo em vista a sustentabilidade desses mesmos espaços.

Foi neste sentido que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte fez publicar, a 11 de Janeiro, no Diário da República, um «pedido de utilização dos recursos hídricos, com o fim de captar água para a produção de energia hidroeléctrica, através da implantação de infra-estruturas hidráulicas», nas freguesias de Alvarenga, Canelas e Covêlo de Paivó, no concelho de Arouca.

Pelo apresentado, estas infra-estruturas serão barragens com cerca de cinco metros de altura, a partir das fundações, com albufeiras com cerca de 100 metros e mais de 400 metros de NPA, para além dos edifícios centrais, onde ficarão instaladas as turbinas.



A contestação a estes empreendimentos é praticamente consensual em todas as localidades onde foram sugeridos. Os impactos sociais, económicos, paisagísticos, turísticos e, sobretudo, ambientais são considerados irreversíveis, o que leva as populações a considerarem estes projectos verdadeiros atentados ao património natural, por parte de privados. Numa altura em que o Município assumiu claramente que o desenvolvimento sustentado do concelho passa pela preservação dos seus recursos naturais, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento turístico, estas notícias não poderiam ser piores.

Por isso, na devida altura, a Câmara Municipal de Arouca e a Assembleia Municipal de Arouca manifestaram o seu desacordo com esta pretensão, e, neste momento, fruto do fortíssimo empenho e zelo do movimento associativo local, que sempre tem batalhado, desinteressadamente, pelo progresso integrado do seu concelho, circula um abaixo-assinado, promovido pelas associações UrtiArda; Vale do Viso; Associação do Ambiente, Desporto e Cultura de Celadinha; Associação dos Amigos da Cultura e Desporto da Ponte de Telhe e Associação da Casa do Povo de Arouca.

A população do concelho de Arouca está preocupada com um dos mais preciosos recursos que possui, e que está na base da candidatura da autarquia a Geopark, com chancela da UNESCO: o ambiente. Está preocupada com uma possível barragem que retenha a quase totalidade (senão a totalidade) das águas. Está preocupada com o desvio de águas do seu leito natural, transportadas para uma central a quilómetros de distância. Está preocupada com as consequências profundas que estas intervenções têm ao nível dos ecossistemas, dos regadios, da prática agrícola, da manutenção das praias fluviais e da prática desportiva, que muito têm contribuído para o turismo.

Os rios arouquenses, especialmente o Paiva e o Paivó, possuem características únicas, seja em termos de qualidade das águas, da beleza natural das suas margens, da fauna e da flora que em seu redor se desenvolvem. A força das suas águas, nos períodos determinados, proporciona condições únicas para a prática de desportos de aventura, que têm constituído factor decisivamente diferenciador em termos de um turismo devidamente enquadrado no ambiente e de qualidade. Nas suas margens, desenvolveram-se infra-estruturas devidamente enquadradas, nas várias praias fluviais, que têm proporcionado, nos meses de verão, momentos de lazer e de contacto com o ambiente.

Por estas razões, e pelo facto de anteriores experiências no mesmo concelho terem ditado a morte de um rio, nos termos das disposições constitucionais e regimentais, solicito ao Governo, através do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o esclarecimento do seguinte:

1. Qual o interesse público destes investimentos?
2. Quais as vantagens para as populações locais da implantação destas infra-estruturas?
3. Existem carências em termos de energia nesta região que tenham presidido à escolha desta localização?
4. As localizações sugeridas são, de facto, as mais indicadas? Por que razão se optou por estas localizações?
5. No caso da efectiva implantação, quem garantirá e como será garantido o volume de caudais?
6. Houve espaço para algum tipo de análise do impacto ambiental destes projectos?
7. Está acautelada a qualidade das águas?

Palácio de São Bento, 04 de Junho de 2008

O Deputado,



André Almeida